



RESOLUÇÃO Nº 15/2017

“Dispõe sobre o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul, para o exercício de 2018 e dá outras providências.”

O Presidente do CISAM Sul, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul, de 12 de dezembro de 2017, que aprovou o ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Próprio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Sul, para o exercício de 2018, com Receita estimada em R\$ 957.063,20 (novecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e três reais e vinte centavos), detalhada a seguir, a qual será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por Categoria Econômica:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

	Previsão 2018
CLASSIFICAÇÃO	Valor R\$
Receitas Correntes	
1738.02.1.0 - Transferências a Consórcios Públicos	439.000,00
1738.02.1.1 - Contribuições de Rateio	439.000,00
Receitas Patrimoniais	
1321.00.1.1 - Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00
1321.00.1.1 - Remuneração de Outros Dep.Rec.Não Vinculados	25.000,00
Receitas de Serviços	
1600.00.0.0 - Serviços	243.063,20
1610.01.1.1 - Serviços Técnicos	40.000,00
1630.01.1.1 - Serviços radiológicos e Laboratoriais (Saúde)	203.063,20
Receita Serviços de Regulação	
1610.01.1.1 - Regulação e Fiscalização Serv. de Saneamento	210.000,00
Receitas de Capital	
2438.01.1.0 - Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00
2438.01.1.1 - Contribuições de Rateio	40.000,00
TOTAL	957.063,20

Art. 2º - A Despesa é fixada em R\$ 957.063,20 (novecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e três reais e vinte centavos), conforme discriminado na sequência e será realizada de acordo com as especificações constantes dos desdobramentos e demonstrativos a seguir:



Entidade **1 - CISAM-SUL**
 Órgão **1 - CISAM-SUL**
 Unidade Orçamentária **1 - CISAM-SUL**
 Função **4 - Administração**
 Sub Função **122 - Administração Geral**
 Programa **1 - Controle da Qualidade da Água e Esgoto**
 Projeto/Atividade **2001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO.**

Categ.Econ	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	DENOMINAÇÃO	META FÍSICA	Unid.	PREVISÃO 2018
3	1	90	00	3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10	Servidor	439.000,00
3	3	90	00	3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10	Servidor	268.063,20
Sub Total								707.063,20

Projeto/Atividade **1001 CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO.**

Categ.Econ	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	DENOMINAÇÃO	META FÍSICA	Unid.	PREVISÃO 2018
4	4	90	00	4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10	Servidor	36.000,00
Sub Total								36.000,00

Projeto/Atividade **2.999 RESERVA DE CONTINGENCIA**

Categ.Econ	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	DENOMINAÇÃO	META FÍSICA	Unid.	PREVISÃO 2018
2	9	99	00	2.9.99.00	RESERVA CONTINGÊNCIA DE	10	Servidor	43.086,80
Sub Total								43.086,80

Projeto/Atividade **2002 – OPERAÇÃO E MANUT. SERVIÇOS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.**

Categ.Econ	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	DENOMINAÇÃO	META FÍSICA	Unid.	PREVISÃO 2018
3	1	90	00	3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	3	Servidor	105.300,00
3	3	90	00	3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	3	Servidor	60.613,20
Sub Total								165.913,20



Projeto/Atividade

**1002 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO –
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Categ.Econ	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	DENOMINAÇÃO	META FÍSICA	Unid.	PREVISÃO 2018
4	4	90	00	4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	3	Servidor	5.000,00
					Sub Total			5.000,00

Art. 3º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Resolução, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

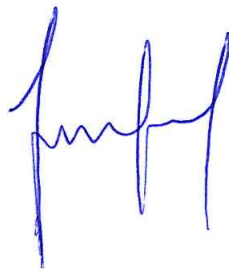
§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 4º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Resolução.

Parágrafo único. Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 5º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia, a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Resolução, nos limites estabelecidos no artigo 3 desta Lei.






Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir de 1º de janeiro de 2018.

Orleans/SC, 12 de Dezembro de 2017.



JORGE LUIZ KOCH
Presidente CISAM Sul